
ENTREVISTA POR UMA ESCOLA QUE RECONHEÇA AS DIFERENTES CULTURAS PRESENTES EM SEU CONTEXTO

Carlos Roberto de Carvalho^(*)
Márcia Denise Pletsch^(**)

Dentre a massa de excluídos que, ano após ano, a evasão escolar produz, destacam-se negros, homossexuais, portadores de necessidades especiais. Desprovidas de uma certificação da educação formal, muitas dessas pessoas transformam-se em alvo fácil da vida marginalizada, às vezes miserável. Fato que nos comprova que ao epistemicídio segue-se o genocídio. Basta comparar as taxas de reprovação e de evasão escolar com as taxas de crescimento da criminalidade entre os jovens. O que nos leva a crer que a questão do ensinar-aprender nunca foi somente um problema técnico ou cognitivo, mas, sobretudo, social, político e epistemológico.

Para refletir sobre essa questão, a revista *Teias* apresenta, neste exemplar, uma entrevista com Vera Maria Candau,¹ professora titular na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), coordenadora do Grupo de Pesquisas sobre Cotidiano, Educação e Cultura(s), e membro do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos.

É autora de vasta produção na área da Educação. Em sua obra, a professora Vera Candau possui um trabalho voltado para a construção de uma sociedade mais plural, mais democrática e, portanto, mais justa. Daí o nosso interesse de ouvi-la em algumas questões que, a nosso juízo, fazem parte de um conjunto de fatores produtores da exclusão. Fatores que interferem, sobretudo, em nossa compreensão a respeito das políticas de afirmação e de inclusão social.

^(*) Professor adjunto do Departamento Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É graduado em história pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP, 1979), mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 2000) e doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF, 2005).

^(**) Professora adjunta do Departamento Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar e do Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDuc), ambos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

¹ É graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e possui doutorado e pós-doutorado em Educação pela Universidad Complutense de Madrid.

A entrevista que se segue foi realizada no mês de fevereiro de 2011.²

Teias: Em que medida os modelos hipertrofiados de homem branco-ocidental que colonizam a maioria de nossos currículos, práticas e saberes escolares prejudicam a construção de uma democracia?

Candau: Bom, eu considero que essa é uma questão muito complexa. Em primeiro lugar, penso que é importante salientar que a escola, o sistema escolar em geral e o sistema escolar latino-americano-brasileiro estão fortemente ligados à lógica do que chamamos de modernidade, bem como ligados à construção dos estados nacionais. Nesse sentido, estão fortemente impregnados da ideia de que a escola está a serviço da construção de uma cultura comum a todos os membros de uma nação e, portanto, essa cultura comum enfatiza aqueles conteúdos que são tradicionalmente legitimados e universalizados. Isso vem da tradição europeia, uma tradição do iluminismo que está fortemente impregnada de uma visão eurocêntrica, branca e ocidental dos conhecimentos e da realidade. Isso como perspectiva de fundo. Mas é verdade também que, especialmente nas últimas décadas, no caso brasileiro, tem havido uma forte discussão sobre essa dinâmica de construção do que chamamos de cultura escolar. Essa cultura escolar fortemente marcada por uma perspectiva monocultural. Nesse sentido, uma perspectiva monocultural ocidental, branca, racionalista vem sendo fortemente criticada. Isso não quer dizer, porém, que essa perspectiva não continue vigente e impregnando muitas das nossas escolas.

Teias: Nesse sentido, como pode ser situado o mito da democracia racial brasileira?

Candau: Outra questão que acho complicada é a da democracia racial brasileira. O que quer dizer isso? Nós temos insistido muito, nos últimos tempos, na crítica ao mito da democracia racial, à ideia de que o Brasil é o país onde as diferentes culturas, os diferentes grupos socioculturais interagem livremente e numa visão festiva e igualitária. Nós sabemos que não é bem assim. A história brasileira está marcada pelo genocídio dos indígenas, pela escravização dos negros e pela inferiorização dos grupos socioculturais considerados “diferentes”, quer dizer, que não entram dentro dessa visão ocidental, branca, racionalista da sociedade e da cultura. Então, prefiro não utilizar a expressão democracia racial, pois, acho que a radicalização dos processos democráticos

² Agradecemos a Patrícia Cardoso Macedo e Letícia Teixeira Carvalho, alunas do Curso de Pedagogia do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), pelo apoio dado na transcrição da entrevista.

supõe uma construção de relações etnicorraciais diferentes das que estão vigentes e ainda predominantes na sociedade brasileira.

Teias: É possível afirmar que existe uma relação entre a educação e as questões do preconceito e da discriminação?

Candau: Uma pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas da Universidade de São Paulo constatou que os índices de preconceito e discriminação estão presentes em todos os âmbitos educacionais. A pesquisa, publicada em 2009 e realizada em 500 escolas brasileiras, entrevistou pais e professores, gestores e estudantes. Além disso, foi constatado na análise e na comparação dos dados que, quanto maiores eram os índices de preconceito e discriminação, menores eram as médias de aproveitamento dos estudantes.

Teias: Em sua opinião, de que forma essa pesquisa pode contribuir para os demais estudos sobre o processo ensino-aprendizagem?

Candau: Essa pesquisa nos mostra que existe uma articulação entre a discriminação e o preconceito e a aprendizagem. É um resultado muito importante porque na discussão educacional brasileira atual parece que tudo se reduz a exames nacionais e internacionais e exames sobre a aprendizagem da matemática, da língua e das ciências. Esses exames deixam de fora aspectos sociais, culturais e políticos que são igualmente importantes. São aspectos que, sem sombra de dúvidas, interferem no conhecimento e na aprendizagem dos alunos. Interferem, sobretudo, no modo como os professores concebem os currículos escolares, seus planejamentos, seus programas de cursos e seus planos de aula. Penso que algumas pesquisas, embora válidas, equivocam-se na medida em que não são capazes de mobilizar por si só os processos de ensino-aprendizagem dos alunos e tampouco contribuir para os processos de democratização da sociedade.

Teias: Sendo assim, qual é a relevância desses exames nacionais e internacionais para que a sociedade deixe de ser marcada por diversas exclusões?

Candau: Sem dúvidas, o ensino da matemática, da ciência e da língua são aprendizagens de suma importância. Não estou aqui negando isso. A questão, a meu ver, é que está se avaliando a escola, o ensino, a aprendizagem, o desempenho dos alunos e dos professores apenas e tão somente a partir desses conhecimentos. O problema não são os conhecimentos que estão sendo medidos, mas a forma como estão sendo tratados, dissociados de outras questões ou temas que estão presentes na sociedade e, portanto, também presentes no ambiente escolar. Temas esses que seguramente

interferem não só nos processos educacionais, mas em nossa dinâmica social, em nosso convívio diário com as diferenças. Então, eu penso que promover processos de democratização da sociedade brasileira supõe trabalhar as relações entre os diferentes grupos socioculturais no sentido de articular, como diria Nancy Fraser, políticas de redistribuição com políticas de reconhecimento. Coisas essas que, de modo algum, consigo ver nesses referidos exames nacionais e internacionais que levam em conta apenas os conhecimentos, mas desconsideram os sujeitos concretos do ensino-aprendizagem em suas determinações sociais, políticas e culturais.

Teias: Há outros temas significativos que, em sua opinião, também não estão contemplados nas avaliações oficiais da educação brasileira?

Candau: Penso que nossa sociedade é caracterizada por formas de discriminações e preconceitos, explícitas ou sutis, não só em relação aos negros, aos indígenas, mas também em relação às pessoas que têm uma orientação sexual diferente. Também destaco a questão religiosa, a questão dos portadores de necessidades especiais, a questão dos moradores do campo. Todos esses temas de modo algum estão sendo contemplados pelos referidos exames.

Teias: O que a educação brasileira tem feito em favor desses grupos ditos “minoritários”, no sentido de minimizar os impactos desses preconceitos e discriminações?

Candau: Eu considero, por exemplo, que nos últimos anos o fato de as escolas incorporarem a questão da história da África e das culturas afro-brasileiras no currículo escolar desestabiliza. Desde que isso não seja visto só como atividades isoladas em determinado momento do ano escolar. Essa preocupação desestabiliza e obriga a repensar a questão do currículo, da seleção de conteúdos, dos processos de ensino-aprendizagem na escola. É nisso que precisamos apostar. A sociedade brasileira possui uma tradição que vem da cultura ocidental branca, considerada universal e legítima. Nos dias atuais, essa tradição é reelaborada numa perspectiva neoliberal, centralizada no mercado e nos conteúdos que são importantes para a inserção no mercado. Mas, junto com isso, há uma tensão, em minha opinião, produtiva. São todos esses grupos que estão reivindicando um currículo mais aberto e mais sensível às diferentes tradições culturais presentes na sociedade.

Teias: E o recente debate em torno da obra de Monteiro Lobato, mais especificamente do livro *Caçadas de Pedrinho*?

Candau: Em minha opinião, não se trata de proibir. Nem o parecer da professora Nilma Lino Gomes diz para proibir. Não se trata de censurar. Não se trata disso! Um autor como Monteiro Lobato,

certamente, é importante que circule nos âmbitos de nossas escolas. Mas também não se trata de ter uma leitura acrítica. Monteiro Lobato, várias vezes, tem sido objeto de polêmica sobre o eugenismo, o evolucionismo e o racismo. Isso mostra, inclusive, a riqueza de sua obra. Mas o importante é que os professores estejam capazes de fazer um trabalho de reflexão crítica sobre suas contribuições. Eu acho que o importante aqui não é proibir, tampouco censurar, é saber ler.

Teias: De que maneira a senhora entende esse “saber ler”?

Candau: Saber ler uma obra literária supõe contextualizá-la. Não só a contextualizar, sobretudo, problematizá-la e ser capaz de fazer uma análise crítica, perguntar-se como ela dialoga com as questões atuais. Isso é o fundamental.

Teias: Pela sua resposta, podemos inferir a sua opinião inteiramente a favor da liberdade de expressão. O leitor é o principal crítico das obras que lê. Todavia, fica-nos a seguinte questão: como oferecer obras que possuam cunhos racistas a crianças que ainda não são tão críticas e livres para fazer seus juízos de valores do que é certo ou errado?

Candau: É preciso que os professores e os cursos de formação de professores saibam lidar criticamente com os textos que estão presentes na escola. Não só com as obras literárias, com os textos dos livros didáticos, com os textos que os alunos trazem, com os textos que estão nos jornais, nas revistas. Aliás, não só com os textos escritos, mas também com as imagens. O importante é essa capacidade de análise crítica, de saber realmente refletir, problematizar os textos.

Teias: Tendo em vista os temas que estamos abordando aqui nesta entrevista, qual é a sua análise dos processos de formação de professores vigentes no Brasil?

Candau: Os programas de formação de educadores, pelo menos os que conheço, e os textos que tenho lido ainda trabalham muito pouco em torno das questões ligadas ao tema da diversidade e da inclusão dos diferentes sujeitos. Nesses cursos, esse ainda é um tema muito marginal. Por exemplo, em uma pesquisa que eu fiz, inclusive aqui na universidade, pude perceber que a abordagem dessas questões ainda depende muito do professor. Pode ser que um professor mais sensível coloque algumas questões mais ligadas a determinado tipo de diferença. Essas questões são desenvolvidas por determinados professores que são sensíveis para o tema – às vezes, professores das mais variadas disciplinas. Falta uma maneira mais sólida e consistente nos próprios projetos pedagógicos. Algo que impregna o projeto político pedagógico dos cursos e que defende a tese que uma escola democrática tende a articular igualdade com diferença. Uma escola que reconheça as

diferentes culturas presentes no seu contexto. Não só por parte de seus alunos, mas por parte dos próprios professores. E que trabalhem tendo em vista uma sociedade que é cada vez mais plural e que, por isso, as pessoas precisam ser formadas para saber lidar com tais diferenças. Essas questões, ainda muito pouco presente, precisam entrar no eixo fundamental da formação de educadores no geral.

Teias: Por outro lado, existe a questão de cursos onde há disciplinas que focalizam grupos historicamente excluídos (educação especial, cultura indígena, cultura afro, estudos culturais, multiculturalismo), mas deixam a impressão de que tais disciplinas trabalham muito desarticuladas entre si. Qual a sua opinião a esse respeito?

Candau: Às vezes, o currículo possui algumas disciplinas que trabalham essas questões de uma maneira explícita. Isso não significa, no entanto, que exista um projeto político pedagógico que vê a escola como um espaço onde há uma rede de sujeitos, uma rede de saberes, uma rede de tradições culturais. Um projeto que defenda isso precisa ser trabalhado pela escola. O máximo que se tem feito é introduzir disciplinas que abordam a diversidade, mas que, às vezes, não dialogam entre si e não estão ancoradas em um projeto político pedagógico onde essas questões são consideradas no eixo central do curso. Esse é um tema extremamente complexo porque, hoje em dia, as diferenças culturais se multiplicam. Então, por um lado, a gente pode correr o risco de uma enorme dispersão, uma vez que cada grupo pode estar centrado na sua especificidade. Por outro lado, no entanto, isso significa também uma grande riqueza. O desafio do momento é articular todas essas diferenças que estão adquirindo visibilidade pública, que se manifestam nos espaços públicos e que, como dizem os ativistas dos movimentos que abordam a orientação sexual (GLSTTT), “saem do armário”. É importante que os grupos dialoguem entre si e criem plataformas comuns e interculturais que permitam uma afirmação de uma cultura onde a igualdade e a diferença sejam componentes articulados.